

SAÚDE

Dez estados fecharam posição favorável à legalização da interrupção da gravidez, inclusive os quatro do Sudeste. A 13ª Conferência Nacional do setor decide até domingo se pede ao governo para propor uma lei

Apoio ao aborto

ULLISSES CAMPBELL

DA EQUIPE DO CORREIO

Um dos temas mais polêmicos em debate no país, a legalização do aborto, voltou à cena com força ontem, no primeiro dia da 13ª Conferência Nacional de Saúde. Dez estados, incluindo todos da Região Sudeste — a região mais rica e forte politicamente do país —, enviaram propostas concretas para garantir que a mulher tenha o direito de interromper a gravidez pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A medida, que já foi defendida pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, agora será analisada por 10 reuniões plenárias — até domingo. Se aprovada em pelo menos seis delas, a proposta será encaminhada ao Executivo, que tem a tradição de executar as propostas da conferência. Na pri-

meira prova de fogo, realizada ontem, o tema foi votado e aprovado com folga em uma plenária.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, explica que, para ser enviada ao Executivo, a proposta tem que ser aprovada em pelo menos seis plenárias e em cada uma terá que conseguir 30% dos votos. Em cada plenária há cerca 300 delegados votantes. No final, na sessão que encerra a conferência, haverá cerca de 4 mil delegados, que votarão se devem ou não enviar a proposta ao Executivo. “Pelo movimento, acredito que neste ano a proposta será aprovada”, ressalta Batista Júnior.

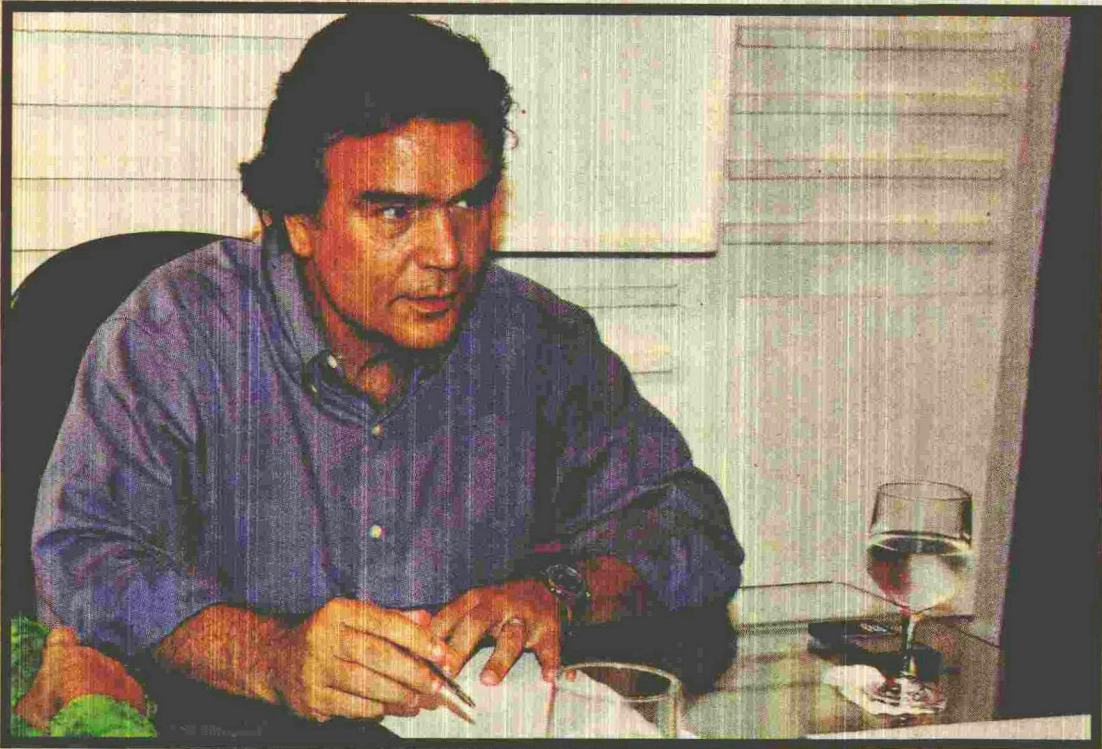
Ontem, Temporão recebeu em um gabinete especial montado no Centro de Exposições de Brasília (Expobrasília), no Parque da Cidade, um grupo de feministas que foi debater a pro-

posta. Segundo Paula Viana, da Rede Nacional Feminista de Saúde, o ministro se disse favorável à legalização do aborto, mas sustentou entender que o tema é bastante polêmico. “A legalização e a descriminalização do aborto estão incluídas na política nacional de direito sexual e reprodutivo do governo, mas a Igreja Católica ainda é a grande opositora”, diz Paula.

Mais debate

No Congresso, o projeto que descriminaliza o aborto está na Comissão de Seguridade Social, que fará uma audiência pública para debater o tema em dezembro. Temporão se comprometeu com as feministas a participar desse debate. “Precisamos de mais espaço para expor as nossas idéias”, destaca o ministro. Temporão revelou ainda que pediu para ser criada na Câmara

Gustavo Moreno/Especial para o CB



TEMPORÃO: MINISTRO REAFIRMOU POSIÇÃO FAVORÁVEL À LEGALIZAÇÃO E PEDIU “MAIS ESPAÇO” PARA O DEBATE

dos Deputados uma comissão especial para ampliar o debate. O pedido está nas mãos do presidente da Casa, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). “Apesar de tramitar por mais de uma década na Congresso, nunca esse projeto havia feito parte de uma agenda política como agora”, ressalta Temporão.

Há quatro anos, oito estados enviaram à 12ª Conferência Nacional de Saúde propostas de legalização do aborto, mas as plenárias reprovaram a medida depois de uma intensa campanha

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Neste ano, a campanha contra a idéia está fraca. Por outro lado, pelo menos 100 feministas estão fazendo lobby na conferência para convencer os delegados a votar a favor da medida.

A cada quatro anos

A 13ª Conferência Nacional de Saúde foi aberta na quarta-feira e segue até domingo, com a votação do relatório final. Cerca de 5 mil pessoas estão no encontro. Dos 5.564 municípios

brasileiros, 4.430 realizaram suas conferências municipais e também enviaram propostas para a conferência.

Nos encontros prévios foram eleitos 3.068 delegados para a etapa nacional, com a seguinte representação: 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de gestores e prestadores de serviços em saúde. A conferência é realizada a cada quatro anos com a finalidade de promover discussões e permitir deliberações de políticas públicas de Saúde para os anos seguintes.

PONTO CRÍTICO / LEGALIZAÇÃO

SIM

“Elas (as pobres) têm que recorrer a açougueiros”

Clair Castilhos, presidente da Rede Nacional Feminista de Saúde

Segundo a presidente da Rede Nacional Feminista de Saúde, Clair Castilhos, a legalização do aborto no país enfrenta a mesma resistência da legalização das drogas. “Assim como o consumo de maconha enriquece os traficantes, os abortos clandestinos beneficiam os aborteiros, que estão faturando alto em todo o país”, diz Clair, que tem cadeira cativa no Conselho Nacional de Saúde.

Para as feministas, a legalização vai beneficiar as mulheres pobres, que não têm recursos para interromper uma gestação em clínicas particulares. “Elas têm que recorrer a ‘acougueiros’ da periferia”, alega. “As mulheres ricas que engravidam e não querem ter o bebê recorrem aos melhores médicos e fazem um procedimento cercado de segurança”, sustenta a feminista.

Quanto ao discurso de que o feto tem direito à vida, a militante argumenta que um feto ainda não é um bebê. “A mulher tem que ter o direito de decidir sobre seu corpo e sobre se quer ou não ter um filho”, ressalta Clair. Ela elogia o apoio que vem recebendo do governo nessa questão. “Nos governos passados, as autoridades ficavam que nem avestruz, com a cara enfiada num buraco fingindo que nada acontecia”, alfineta.

Fotos: Gustavo Moreno/Especial para o CB



NÃO

“O SUS não dá conta nem de pré-natal”

Zilda Arns, coordenadora nacional da Pastoral da Criança

A coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, disse ontem que não adianta legalizar o aborto no país sem estruturar o serviço de saúde de atenção à mulher. Segundo ela, o Sistema Único de Saúde (SUS) é precário para executar procedimentos dessa natureza. “O SUS não dá conta nem de fazer procedimentos simples e fundamentais para a mulher gestante, como pré-natal. Como ainda se propõe a fazer abortos?”, questiona Zilda, que é representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Conselho Nacional de Saúde.

A militante anti-aborto argumenta que a legalização do aborto não vai reduzir a mortalidade materno-infantil. Na Bolívia, onde a mulher pode abortar em caso de gravidez que oferece perigo de risco de morte, em caso de problemas de saúde física e mental e estupro, a taxa de mortalidade entre as gestantes é de 77,8 a cada 100 mil. No Equador, onde se pode abortar nas mesmas condições, fica em 76,4 por 100 mil. No Brasil só se permite o aborto em caso de gravidez que oferece risco de morte à mãe e estupro. Aqui, a taxa de mortalidade materno-infantil é de 64 por 100 mil. Os dados são do Centro Latino Americano de Perinatologia, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

